

Direcção-Geral da Administração da Justiça

Despacho (extracto) n.º 2202/2006 (2.ª série). — Por despacho de 16 de Dezembro de 2005 do subdirector-geral da Administração da Justiça, por delegação da directora-geral (*Diário da República*, 2.ª série, n.º 120, de 24 de Junho de 2005):

António Manuel Abreu dos Santos, técnico de justiça auxiliar dos serviços do Ministério Público do Tribunal da Comarca de Águeda — autorizada a permuta por transição para o Tribunal da Comarca e do Tribunal de Família e de Menores de Cascais. Susana Carla Nunes Soeiro, escriturária auxiliar do Tribunal da Comarca e do Tribunal de Família e de Menores de Cascais — autorizada a permuta por transição para os serviços do Ministério Público do Tribunal da Comarca de Águeda.

(Aceitação: 2 dias.)

(Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

19 de Dezembro de 2005. — A Directora de Serviços, *Helena Almeida*.

Despacho (extracto) n.º 2203/2006 (2.ª série). — Por despacho de 12 de Dezembro de 2005 do Secretário de Estado Adjunto e da Justiça:

Artur Joaquim Remisio Maurício, secretário de justiça, em licença especial, no exercício de funções na Região Administrativa Especial de Macau — prorrogada a referida licença pelo período de um ano, com efeitos desde 1 de Dezembro de 2005.

10 de Janeiro de 2006. — O Subdirector-Geral, *João Calado Cabrita*.

Gabinete de Política Legislativa e Planeamento

Despacho (extracto) n.º 2204/2006 (2.ª série). — Por meu despacho de 11 de Janeiro de 2006:

Licenciada Patrícia Helena Nunes Frago Martins — nomeada, ao abrigo do disposto na alínea c) do n.º 2 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 89/2001, de 23 de Março, consultora do Departamento de Política Legislativa e Planeamento do Gabinete de Política Legislativa e Planeamento do Ministério da Justiça, com efeitos a partir de 16 de Janeiro de 2006. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

11 de Janeiro de 2006. — A Directora, *Rita Brasil de Brito*.

Despacho (extracto) n.º 2205/2006 (2.ª série). — Por meu despacho de 23 de Novembro de 2005 e por despacho do director-geral dos Registos e do Notariado de 23 de Dezembro de 2005:

Luís Manuel da Mata Alves, motorista do quadro de pessoal da Direcção-Geral dos Registos e do Notariado — autorizada a sua transferência para o quadro de pessoal do Gabinete de Política Legislativa e Planeamento do Ministério da Justiça, com efeitos a partir de 16 de Janeiro de 2005. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

12 de Janeiro de 2006. — A Directora, *Rita Brasil de Brito*.

Despacho (extracto) n.º 2206/2006 (2.ª série). — Por meu despacho de 12 de Janeiro de 2006:

Pedro Miguel Rocha Alves — nomeado, precedendo concurso, após confirmação de declaração de cabimento orçamental pela 5.ª Delegação da Direcção-Geral do Orçamento, assistente administrativo principal, área funcional de processamento de texto, do quadro de pessoal do Gabinete de Política Legislativa e Planeamento do Ministério da Justiça. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

12 de Janeiro de 2006. — A Directora, *Rita Brasil de Brito*.

Despacho (extracto) n.º 2207/2006 (2.ª série). — Por meu despacho de 12 de Janeiro de 2006:

Licenciado João Pedro Arsénio de Oliveira — nomeado, precedendo concurso, após confirmação de declaração de cabimento orçamental pela 5.ª Delegação da Direcção-Geral do Orçamento, técnico superior de 1.ª classe, área funcional das estatísticas da justiça, do quadro de pessoal do Gabinete de Política Legislativa e Planeamento do Ministério da Justiça. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

12 de Janeiro de 2006. — A Directora, *Rita Brasil de Brito*.

MINISTÉRIO DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 2208/2006 (2.ª série). — Considerando que, ao abrigo do disposto nos artigos 1.º, 3.º e 5.º do Decreto-Lei n.º 34 021, de 11 de Outubro de 1944, e no artigo 8.º do Código das Expropriações, aprovado pela Lei n.º 168/99, de 18 de Setembro, e com os fundamentos constantes da informação n.º 35/DSJ, de 24 de Janeiro de 2005, da Direcção-Geral do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Urbano, e pelo despacho do Ministro do Ambiente e do Ordenamento do Território de 8 de Fevereiro de 2005, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 42, de 1 de Março de 2005, foi determinada a constituição de servidão administrativa em 34 parcelas de terreno identificadas nos mapas em anexo àquele despacho, com vista à construção dos emissários de saneamento afectos ao projecto do subsistema de águas residuais de Leomil, integrado no sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento de Trás-os-Montes e Alto Douro, no município de Moimenta da Beira;

Considerando que nesse despacho foi incorrectamente constituída servidão administrativa na parcela 033, de propriedade de Maria Joana de Meneses e Lorena Séves e de António Bernardo de Menezes e Lorena Séves:

Ao abrigo e nos termos das disposições conjugadas dos artigos 140.º, n.º 2, 145.º, n.º 3, e 128.º, n.º 2, todos do Código do Procedimento Administrativo, determino:

A revogação parcial com eficácia retroactiva do despacho do Ministro do Ambiente e do Ordenamento do Território de 8 de Fevereiro de 2005, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 42, de 1 de Março de 2005, na parte relativa à servidão administrativa da parcela 033 de propriedade de Maria Joana de Meneses e Lorena Séves e de António Bernardo de Meneses e Lorena Séves.

28 de Dezembro de 2005. — O Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, *Francisco Carlos da Graça Nunes Correia*.

Gabinete do Secretário de Estado do Ordenamento do Território e das Cidades

Despacho n.º 2209/2006 (2.ª série). — Ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 2.º e nos artigos 5.º e 6.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, nomeio para exercer as funções de minha secretária pessoal Maria Emília Pereira de Sampaio Pinho, especialista de informática do grau 2, para o efeito requisitada ao Instituto de Desenvolvimento Rural e Hidráulica do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas.

Nos termos do n.º 4 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, a ora nomeada opta pelo vencimento correspondente ao lugar de origem.

A presente nomeação produz efeitos a 6 de Janeiro de 2006.

6 de Janeiro de 2006. — O Secretário de Estado do Ordenamento do Território e das Cidades, *João Manuel Machado Ferrão*.

Gabinete do Secretário de Estado do Desenvolvimento Regional

Despacho n.º 2210/2006 (2.ª série). — Em aditamento ao despacho n.º 20 117, de 5 de Setembro de 2005, do Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 182, de 21 de Setembro de 2005, e na sequência de requerimento dos interessados, determino, nos termos do disposto no artigo n.º 31.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, o seguinte:

1 — Autorizo o Prof. Doutor José Manuel Gaspar Martins e o mestre Alfredo Manuel Pires Simões, vices-presidentes da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, a auferir o vencimento correspondente aos seus lugares de origem.

2 — O presente despacho produz efeitos a partir de 5 de Setembro de 2005.

4 de Janeiro de 2006. — O Secretário de Estado do Desenvolvimento Regional, *Rui Nuno Garcia de Pina Neves Baleiras*.